Limitação da Observância do Princípio de *Matching* na Formação do Lucro das Empresas do Setor de Alimentos

FERNANDA FURUTA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

LUIZ NELSON GUEDES DE CARVALHO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

BETTY LILIAN CHAN
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Resumo

A teoria da contabilidade fornece a base de sustentação das práticas contábeis. O presente artigo visa contribuir para um melhor entendimento do Reconhecimento das Despesas e do "Princípio de *Matching*". Tendo-se em vista que o termo *matching* possui diversos significados, adveio a questão se esse termo corresponde apenas à associação de determinadas despesas com as receitas, ou se todas as despesas responsáveis pela formação do lucro observam o referido princípio. Assim, com o objetivo de verificar a observância do princípio de *matching* na formação do lucro, aplicou-se o teste não paramétrico de *Friedman* para k amostras relacionadas, por meio do auxílio do s*oftware* SPSS versão 10.0, ao nível de confiança de 95%. O estudo buscou comparar o comportamento de determinadas despesas operacionais em relação às receitas operacionais ao longo do período compreendido entre 1996 a 2002, nas empresas do setor de alimentos, com o intuito de analisar se o reconhecimento de todas as despesas variava na mesma proporção das receitas. Após a análise dos testes efetuados, os resultados sugerem que nem todas as despesas foram reconhecidas de acordo com o princípio de *matching*.

1. Introdução

A teoria da contabilidade fornece os fundamentos que devem nortear as práticas contábeis, servindo de base de sustentação das mesmas. Daí a relevância de se aprofundar em seu estudo.

O IBRACON (1994, p.28) classifica os Princípios Fundamentais de Contabilidade em três categorias básicas: os postulados ambientais da contabilidade, os princípios contábeis propriamente ditos e as convenções ou restrições aos princípios contábeis fundamentais.

Os princípios contábeis propriamente ditos estão divididos em: princípio do custo como base de valor, princípio do denominador comum monetário, princípio da realização da receita e princípio do confronto das despesas com as receitas. De acordo com o IBRACON (1994, p.35), esses princípios "dão as grandes linhas filosóficas de resposta contábil aos desafios do sistema de informação contábil, operando num cenário complexo, ao nível dos Postulados".

O presente artigo visa contribuir para um melhor entendimento do Reconhecimento das Despesas e do "Princípio de *Matching*", buscando testar, ao nível de confiança de 95%, com base em ferramentas estatísticas, se pode-se considerar que toda a formação do lucro está

em consonância com o referido princípio, ou se apenas determinadas despesas seguem o princípio do confronto das despesas com as receitas.

2. Definição de Despesas

Segundo Hendriksen (1999, p.33):

> "A teoria da contabilidade tem sido definida como um conjunto coerente de princípios lógicos que:
>
> 1. Oferece uma compreensão melhor das práticas existentes a contadores, investidores, administradores e estudantes.
>
> 2. Oferece um referencial conceitual para a avaliação de práticas contábeis existentes.
>
> 3. Orienta o desenvolvimento de novas práticas e novos procedimentos."

Nesse sentido, em se tratando da conceituação de despesas, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), órgão normatizador das práticas contábeis americanas, *apud* Most (1977, p.421), as define como sendo fluxos de saída de ativos ou usos de ativos e/ou a ocorrência de exigibilidades, durante um período de entrega ou produção de bens, prestação de serviços ou outra atividade operacional da empresa.

Kam (1986, p.212) criticou a definição do FASB já que não é feita uma distinção clara entre o que é evento monetário e o que é evento físico. Ele preferiu definir despesa como expressões de eventos monetários (aumento do valor do passivo ou diminuição do valor do ativo) que resultam no uso de bens e serviços (que são os eventos físicos) das operações da empresa.

Uma outra observação é feita por Kam (1986, p.213) quanto ao uso do termo "used up" de um bem ou serviço, que significa uso, gasto de um bem ou serviço. Conforme o autor, o termo "consumo" poderia ter sido empregada, porém ela pode causar confusão, já que na teoria econômica esse termo significa satisfação das necessidades dos consumidores, e as empresas, desse ponto de vista, não podem "consumir" na teoria econômica.

Segundo Hendriksen (1999, p.232,), "as despesas constituem o uso ou consumo de bens e serviços no processo de obtenção de receitas." Hendriksen (1999, p.232), também critica a definição de despesa feita pelo FASB que:

> "[...] concentra no fluxo de saída de ativos da empresa para pagamento pela aquisição de fatores de produção. Isto se choca com outras definições de despesa que enfatizam a entrada de fatores de produção na empresa para permitir a realização do processo de produção."

A despesa é definida por Iudícibus (2000, p.155) como sendo "a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas." De acordo com o autor:

> "De forma geral, podemos dizer que o grande fato gerador de despesa é o esforço continuado para produzir receita, já que tanto despesa é conseqüência de receita, como receita pode derivar de despesa, ou melhor dizendo, a receita futura pode ser facilitada por gastos passados ou correntes (futuros)."

Segundo o *International Accounting Standards Board* – IASB (1989, p.24), despesas são diminuições dos benefícios econômicos de um determinado período contábil, que ocorrem por meio da saída ou esgotamento dos ativos, ou da ocorrência de passivos, que resultem na diminuição do patrimônio líquido (sem ser considerado a distribuição de dividendos aos proprietários).

Já o IBRACON (1994, p. 113) define despesa como:

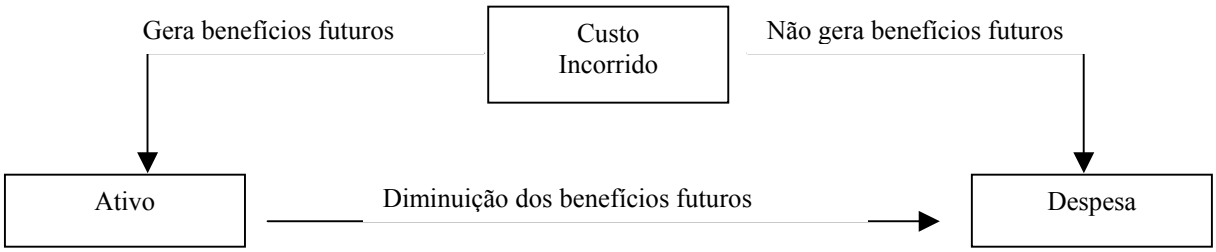
> "[...] decréscimos nos ativos ou acréscimos nos passivos reconhecidos e medidos em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, resultantes dos diversos tipos de atividades e que possam alterar o patrimônio líquido."

As despesas, segundo Most (1977, p.421) são os recursos usados durante um período que são expressos em termos monetários, independentemente de terem sido originados de gastos presentes, passados ou futuros. O autor também criticou a definição de despesa feita pelo FASB, uma vez que a idéia de que as despesas sejam fluxos de saídas de ativos ou a ocorrência de passivos faz com que a definição de despesa seja feita em função da determinação do ativo e passivo, e isso pode não ser adequado já que a ocorrência de despesa causa um passivo ou uma diminuição de caixa, mas o inverso não é verdadeiro, e alguns fluxos de saída de ativo ou ocorrência de passivo que ocorrem nas operações da empresa não são despesas.

De acordo com o IASB (1989, p. 21), existe uma ligação muito próxima entre incorrer gastos e gerar ativos, mas os dois não necessariamente coincidem, já que a ausência de um gasto relacionado não impede que um item satisfaça a definição de ativo. É o caso, por exemplo, das doações, que são ativos, embora não provido de gasto subjacente.

Martins (2002, p.29) afirma que a diferença entre ativo e despesa é que a "despesa é um gasto que foi feito na busca de benefícios futuros, mas tal busca não forneceu evidências suficientes para que tal gasto possa ser enquadrado como um ativo". Em seguida o mesmo autor afirma que "[...] as despesas foram gastos feitos para a obtenção de benefícios, e tais benefícios efetivamente já ocorreram".

Figura 1 - Ativo e Despesa



Fonte: Adaptado de Weygandt et al (1996, p. 504)

A figura 1 ilustra a relação entre o ativo e a despesa. Ambos estão relacionados com os benefícios econômicos da empresa. A diferença é que caso o benefício tenha acabado, o custo incorrido se torna uma despesa. Se a empresa incorreu em custos e os benefícios ainda não foram gerados, tem-se um ativo. À medida que os benefícios são diminuídos, tem-se o reconhecimento das despesas.

Assim, pode-se definir despesa como o consumo, o sacrifício de um ativo com o intuito de gerar uma receita.

3. Reconhecimento das Despesas

3.1 As restrições contábeis

Antes de ser considerado o reconhecimento das despesas, é preciso levar em conta as restrições impostas a esse princípio, além das características qualitativas da informação contábil que as tornarão úteis.

As restrições aos princípios, denominadas de convenções contábeis, representam, conforme Iudícibus e Marion (2002, p.121):

> "[...] o complemento dos Postulados e Princípios, no sentido de delimitar-lhes conceitos, atribuições e direções a seguir e de sedimentar toda a experiência e bom senso da profissão no trato de problemas contábeis."

As convenções contábeis envolvem: a objetividade, a materialidade, o conservadorismo e a consistência. É possível relacionar essas convenções com as despesas da seguinte forma:

De acordo com a convenção da objetividade, na perspectiva de Iudícibus e Marion (2002, p.121), "para que não haja distorções da informação contábil, o contador deverá escolher entre vários procedimentos, o mais adequado (o mais objetivo) para descrever um evento contábil".

No que se refere à materialidade, segundo Hendriksen (1999, p.103), "a informação pode ser considerada material (e, portanto, sua divulgação é necessária), caso o conhecimento dessa informação seja importante para os usuários da informação contábil".

Relacionando a materialidade com as despesas, tem-se o exemplo de folhas de papel compradas por uma empresa, e considerado um ativo para a mesma. Toda vez que alguém usa uma folha, escrevendo em um papel, parte do ativo é usado, e dessa forma há uma diminuição do benefício econômico. Seria possível sabermos qual foi o número de folhas de papéis usadas que seriam registrados como ativo. Porém, o custo desse esforço não seria compensável, e nenhum contador se preocuparia com isso. Dessa forma, os contadores agem de uma forma mais simples: reconhecem os ativos como despesas no momento em que eles são comprados ou no momento em que são transferidos do inventário para o usuário. Infelizmente não há um acordo que separa eventos materiais de eventos não-materiais. A decisão dependerá do julgamento e do senso-comum.

A consistência, conforme Hendriksen (1999, p.102), refere-se ao:

> "[...] uso dos mesmos procedimentos contábeis por uma dada empresa ou entidade contábil de um período a outro, ao uso de conceitos e procedimentos de mensuração semelhantes para itens afins nas demonstrações de uma empresa, num dado período (...)"

Dessa forma, se uma empresa muda freqüentemente a maneira de registrar seus eventos contábeis fará com que a comparação, de um ano para outro, dos demonstrativos seja prejudicada. É o caso, por exemplo, da mudança do método de cálculo de depreciação, o que iria afetar o valor da despesa de depreciação a se reconhecida.

E, por fim, o conservadorismo, que conforme Hendriksen (1999, p.105) significa que:

> "[...] os contadores devem divulgar o menor valor dos vários valores possíveis para ativos e receitas, e o maior dos vários valores possíveis de passivos e despesas. Também significa que as despesas devem ser reconhecidas mais cedo, e não mais tarde, e que as receitas devem ser reconhecidas mais tarde, e não mais cedo."

A divulgação da informação contábil leva em consideração as características qualitativas que as tornarão útil: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e

comparabilidade. Essa divulgação deve ser ampla e justa – "full disclosure" por meio das demonstrações contábeis, notas explicativas e informações suplementares.

3.2 Reconhecimento das despesas

O reconhecimento das despesas requer evidências menos objetivas do que o reconhecimento das receitas. De acordo com Kam (1986, p.219), isso ocorre já que na convenção do conservadorismo, o registro das despesas é feito assim que possível, mesmo se as evidências forem fracas, enquanto o reconhecimento das receitas requer evidências substanciais.

De acordo com o FASB apud Hendriksen (1999, p.238) as despesas são reconhecidas quando:

> "[...] benefícios econômicos de uma entidade são consumidos na entrega ou produção de bens, prestação de serviços ou outras atividades que formam suas operações principais, ou quando se espera que ativos previamente reconhecidos proporcionem benefícios menores".

Conforme Iudícibus (2000, p.58):

> "[...] o reconhecimento de receita e apropriação de despesas estão intimamente ligados. Freqüentemente, não se pode reconhecer a receita sem que a despesa associada seja delineável, mesmo que apenas como estimativa."

Percebe-se que o autor não trata de forma isolada, e até enuncia os dois conceitos como se fosse um único princípio: o Princípio da Realização da Receita e da Confrontação das Despesas, também conhecido como Competência. O mesmo não ocorre na teoria contábil americana, no qual separa o princípio da realização da receita do princípio do confronto das despesas (*matching principle*).

Hendriksen (1999, p.237) faz uma distinção entre despesas diretas ou custos de produtos, e despesas indiretas ou de período. Segundo o autor "as despesas diretas são geralmente registradas no exercício em que os bens ou serviços são utilizados. As despesas indiretas são registradas no período em que são incorridas".

Os critérios de reconhecimento da despesa, conforme Kam (1986, p.215) são:

O primeiro critério é a associação de causa-efeito. O meio ideal de vinculação (*matching*) das despesas com as receitas se baseia nessa associação. É o caso dos custos das mercadorias vendidas. Assume-se que esse é o ponto em que os esforços representados pela despesa na produção da receita de vendas são reconhecidos.

O segundo critério é a alocação sistemática e racional. Quando não for possível utilizar a associação de causa-efeito para o reconhecimento das despesas, restam duas alternativas: a alocação sistemática e racional e o reconhecimento imediato. A escolha da alternativa dependerá das circunstâncias.

Na alocação sistemática e racional, acredita-se que certos períodos receberão os benefícios ou serviços de um determinado ativo, e assim para cada período deve-se atribuir a parcela de custo dos benefícios recebidos. Por exemplo, é o caso da despesa de depreciação, no qual seu custo é alocado para o período em que os benefícios são recebidos.

O último critério é o reconhecimento imediato. Esse princípio é utilizado quando não é possível aplicar os dois primeiros. Os custos são associados às despesas no período contábil corrente porque: os custos incorridos durante o período não produzem benefícios

identificáveis no futuro, e/ou os custos registrados como ativos em períodos anteriores não produzem mais benefícios identificáveis.

A despesa de propaganda é um exemplo de reconhecimento imediato das despesas. O efeito de uma propaganda pode ser longo, mas é difícil de ser determinado de uma maneira com credibilidade. Um cliente pode comprar um produto de uma empresa porque ele foi influenciado por uma propaganda de 2 anos atrás. Dessa forma, a despesa de propaganda é reconhecida imediatamente como despesa.

4. Algumas Críticas ao Princípio de "*Matching*"

A necessidade do conceito de vinculação, também denominado de *matching*, é explicada por Hendriksen (1999, p.236-237):

> "[...] como transações de receita e despesa são divulgadas separadamente, e como a aquisição e o pagamento de bens e serviços não coincidem com os processos de vendas e cobrança relacionados ao mesmo produto da empresa, tem sido considerado que a vinculação é uma convenção necessária ou pelo menos desejável."

O princípio de *matching* é criticado por alguns autores. Most (1977, p.432) aborda alguns desses pontos:

a) Diversos significados

O termo *matching* é freqüentemente utilizado na literatura contábil para descrever todo o processo de determinação do lucro. O termo também é usado num sentido mais limitado, como o reconhecimento das despesas associando os custos com as receitas, numa base de causa-efeito.

A comissão AAA- *American Accounting Association apud* Hendriksen (1999, p.237) conceituou vinculação, ou *matching*, como o registro de despesas com base numa relação de causa e efeito com as receitas registradas e afirmou que:

> "[...] a mensuração do lucro líquido deveria representar a diferença entre receitas, registradas em dado período, e despesas associadas a essas receitas, registradas no mesmo período. Uma vinculação correta ocorre apenas quando é encontrada uma relação razoável entre receitas e despesas. A determinação do momento em que as despesas ocorrem exige, portanto:
>
> 1. Associação a receitas.
> 2. Registro no mesmo período em que a receita correspondente é registrada."

Hendriksen (1999, p.237) afirma que para que seja possível haver a vinculação de uma despesa a uma receita é necessária a determinação de uma relação apropriada entre as duas:

> "Todas as despesas, por definição, são incorridas como parte necessária da operação de geração de receitas. Isto não quer dizer, porém, que sempre haverá receita; pode haver despesa sem receita dela resultante.
>
> [...]
>
> A associação de despesa a receita é, portanto, uma tarefa complexa. Na realidade, talvez não seja possível fazer qualquer associação, em certos casos."

Assim, Hendriksen considera que o *matching* (a vinculação) está relacionado à associação das despesas às receitas, e não consistem na apuração do lucro líquido.

b) Quem vem primeiro?

Sprouse apud Most (1977, p.432) afirma que a teoria da contabilidade pode ser construída com base na demonstração de resultado e no princípio de matching. O autor indaga qual dos dois vem primeiro, qual é a galinha e qual é o ovo.

c) Arbitrário

Conforme Kam (1986, p.219), o conceito de *matching* requer julgamentos quanto à determinação do montante de custo que será aplicado no período corrente ou futuro.

O princípio de que a despesa deve estar vinculada com a receita não nos ajuda a determinar, por exemplo, a alocação do total de depreciação em períodos de tempo, já que todos os métodos são igualmente arbitrários. O Professor Arthur Thomas criticou a alocação, alegando que ela não é defensável.

5. Metodologia

A tipologia de pesquisa adotada para a elaboração do presente artigo se baseia na abordagem empírico- analítica.

Partindo do pressuposto de que empresas que compõem um mesmo setor oferecem produtos afins e estão expostas a influências externas semelhantes, este estudo busca testar a hipótese de que a formação do lucro nas empresas que compõem o setor de alimentos, no período entre 1996 e 2002, obedece ao princípio de *matching*.

Dessa forma, o presente estudo visa verificar se o referido princípio é aplicável à associação de apenas determinadas despesas com as receitas ou à toda as despesas responsáveis pela formação do lucro. Ou seja, buscou-se analisar se o reconhecimento das despesas variam na mesma proporção das receitas.

Para tanto, dentre o arcabouço das ferramentas estatísticas disponíveis, fez-se uso, por meio do auxílio do programa SPSS versão 10.0, do Teste de *Friedman.* Trata-se de um teste não paramétrico destinado a verificar se a média de k amostras relacionada indica que as respectivas populações não possuem diferenças significativas.

As variáveis analisadas foram: (a) relação entre as despesas operacionais e as receitas operacionais; (b) proporção do custo dos produtos vendidos em relação à receita operacional líquida; (c) proporção da despesa de depreciação em relação à receita operacional e; (d) proporção das despesas com pessoal e encargos em relação à receita operacional.

Os dados foram extraídos do banco de dados da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras- FIPECAFI/FEA USP, que contempla mais de 4.000 empresas e é utilizado na edição da Revista Exame – Melhores e Maiores. As empresas selecionadas foram àquelas classificadas no setor de alimentos e que dispunham de informações acerca das variáveis analisadas, totalizando 17 empresas.

Para atenuar os efeitos decorrentes da perda do poder aquisitivo da moeda, ajustou-se os dados pela inflação média do período e convertidos para dólar de 30 de abril de 2003.

No que se refere ao cálculo das variáveis analisadas, cabe destacar que há uma diferença entre receita e deduções de receitas. De acordo com Hendriksen (1999, p.233):

> "[...] devoluções, descontos e perdas com clientes devem ser tratados como reduções da receita bruta e não como despesas. Nenhum deles representa o uso de bens ou serviços para gerar receitas; cada um representa uma redução do valor a ser recebido em troca do produto."

Sendo assim, as devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas foram consideradas deduções da receita bruta, e não despesas, o que justifica a utilização das vendas líquidas ao invés de faturamento bruto.

Um outro ponto a ser considerado é a classificação das despesas financeiras como operacional ou não operacional. Segundo Iudícibus (2000, p.159):

> "[...] a classificação internacional, mais correta, é de não operacionais, apesar de tudo, pois tais despesas estão mais associadas à avaliação do risco que nossa empresa oferece para os emprestadores de dinheiro do que a decisões de consumo de ativos individuais no esforço de produzir receita".

Nesse sentido, as despesas financeiras não foram consideradas como despesas operacionais.

O custo das mercadorias vendidas (CMV), os custos dos serviços prestados (CSP) e os custos dos produtos vendidos (CPV) foram considerados como despesas operacionais. Eles possuem uma terminologia incorreta, já que são despesas e não custos. Se fossem custos, fariam parte do ativo. Martins (2000, p.26) afirma que:

> "Todo produto vendido e todo serviço ou utilidade transferidos provocam despesa. Costumamos chamá-lo de **Custo do Produto Vendido** e assim fazemo-lo aparecer na Demonstração de Resultados; o que significado mais correto seria: Despesa que é o somatório dos itens que compuseram o custo de fabricação do produto ora vendido. Cada componente que fora custo no processo de produção agora, na baixa, torna-se despesa".

As despesas com imposto de renda e contribuição social não foram consideradas como despesas operacionais, devido a critérios da contabilidade tradicional.

Vale destacar ainda que o presente estudo parte da premissa de que a margem das vendas não apresentou alterações significativas no período analisado. Além disso, assumiu-se o pressuposto de que não houve mudança significativa na estrutura de custos das empresas observadas, decorrente, por exemplo, de avanços tecnológicos, durante o período compreendido entre 1996 e 2002.

6. Análise dos Resultados

Os resultados do Teste de *Friedman* aplicados às variáveis (a) relação entre as despesas operacionais e as receitas operacionais; (b) proporção do custo dos produtos vendidos em relação à receita operacional líquida; (c) proporção da despesa de depreciação em relação à receita operacional e; (d) proporção das despesas com pessoal e encargos em relação à receita operacional são apresentados nas tabelas na seqüência:

Tabela 1- Despesas Operacionais / Receitas Operacionais [a]

N	17
Chi-Square	42.706
df	6
Asymp. Sig.	.000

a. Friedman Test

De acordo com a tabela 1, testou-se a hipótese nula de igualdade de médias acerca da relação entre as despesas operacionais e as receitas operacionais ao longo do período compreendido em 1996 a 2002, ao nível de significância de 5%.

O resultado conduz à rejeição da hipótese nula de igualdade de médias no período analisado, ao nível de significância estabelecido, o que sugere que as Despesas Operacionais não estão vinculadas às Receitas Operacionais da Demonstração de Resultado.

Para verificar o grau de observância do princípio de *matching* das contas que compõem o resultado das empresas analisadas, também foram testadas o comportamento de algumas despesas específicas em relação às Receitas Operacionais.

Tabela 2- CMV / Vendas Líquidas[a]

N	17
Chi-Square	9.454
df	6
Asymp. Sig.	.150

a. Friedman Test

A tabela 2 retrata o resultado do teste da vinculação do CMV- Custo das Mercadorias Vendidas e as Vendas Líquidas, no período de 1996 a 2002. Ao nível de significância de 5%, o teste apresentou um Valor P de 0,150, o que sugere a aceitação da hipótese nula. Ou seja, o resultado indica que os Custos das Mercadorias Vendidos são reconhecidos numa associação de causa-efeito com as vendas líquidas, sendo, portanto, o princípio de *matching* é aplicado no reconhecimento do CMV.

Tabela 3- Desp.Depreciação / Receitas Operacionais [a]

N	17
Chi-Square	20.067
df	6
Asymp. Sig.	.003

a. Friedman Test

Na tabela 3, testou-se a hipótese nula de igualdade de médias entre as Despesas de Depreciação e Amortização e as Receitas Operacionais ao longo do período de 1996 a 2002. Ao nível de significância de 5%, o valor P foi de 0,03, o que aponta para a rejeição da hipótese nula. Isto é, o resultado sugere que a Despesa de Depreciação e Amortização não varia, de forma significativa, conforme as Receitas Operacionais. Logo, supõe-se que esse tipo de despesa não é reconhecida numa associação de causa-efeito e sim por meio da alocação sistemática e racional.

Tabela 4- Despesas de Salários e Encargos / Receitas Operacionais[a]

N	17
Chi-Square	28.588
df	6
Asymp. Sig.	.000

a. Friedman Test

A teste de *Friedman*, conforme a tabela 4, testou a hipótese nula de que a Despesa de Salário e Encargos está associada ao reconhecimento das Receitas Operacionais contra a hipótese alternativa de que essas contas não estão associadas, ao nível de significância de 5%.

O Valor- P de 0,000 sugere que que a hipótese nula deva ser rejeitada, indicando que essas despesas não são reconhecidas com base no princípio de *matching*.

7. Considerações Finais

O reconhecimento das despesas requer evidências menos objetivas do que o reconhecimento das receitas. Tendo-se em vista que o termo *matching* possui diversos significados, adveio a questão se esse termo corresponde apenas à associação de determinadas despesas com as receitas, ou se todas as despesas responsáveis pela formação do lucro são reconhecidas numa associação de causa-efeito com as receitas.

A amostra utilizada contemplou 17 empresas do setor de alimentos, no período de 1996 a 2002. O teste estatístico aplicado foi o não paramétrico de *Friedman* para k amostras relacionadas, com base no *software* estatístico SPSS versão 10.0.

Inicialmente, foi realizado um teste no âmbito geral, no qual testou-se a associação das Despesas Operacionais com as Receitas Operacionais. O resultado sugeriu que o reconhecimento dessas contas não implica em uma a associação de causa-efeito para com as receitas.

Posteriormente, realizou-se uma análise do reconhecimento de despesas específicas em relação às Receitas Operacionais. O teste indicou que há despesas que são reconhecidas com observância do princípio de *matching*. Esse foi o caso do CMV com as Receitas Líquidas.

Em relação ao teste que considerou as Despesas de Depreciação e Amortização, verificou-se que estas são reconhecidas por meio da alocação sistemática e racional. Dessa forma, o seu reconhecimento não está associado de forma significativa às Receitas Operacionais, conforme sugeriu o resultado do teste de *Friedman* ao nível de significância de 5%.

As Despesas de Pessoal e Encargos são reconhecidas no período em que incorrem, tendo-se em vista a expectativa de geração de algum benefício para a empresa, embora não se saiba exatamente quando tal benefício ocorrerá, podendo ser tanto no período corrente como em períodos posteriores.

Com base nos testes efetuados e na pesquisa bibliográfica, observa-se que o princípio de *matching* possui a limitação de não ser aplicável ao reconhecimento de todas as despesas que compõem o Resultado do Exercício de uma empresa, mas apenas a determinadas despesas específicas que se possam se identificar de maneira direta à receita subjacente.

8. Referências Bibliográficas

ANTHONY, R.N., REECE, J.S.; HERTESTEIN, J.A. **Accounting Text and Cases.** Chicago: Irwin, 1995.

NEEDLES, B.E.,ANDERSON, H.R., CALDWELL, J. C. **Principles of accounting**. Boston : Houghton Mifflin, 1984.

CANNING, J. B. **Economics of accountancy:a critical analisis of accounting theory**. New York : Ronald, 1929.

CARVER, R.H.; NASH, J.G. **Doing Data Analysis with SPSS 10.0**. Duxbury, 2000.

DELANEY, P. et al. **Interpretation and application of Generally accepted accounting principles 2002**. New York: John Wiley & Sons, 2002.

EPSTEIN,B.J. e MIRZA, A.A . **Interpretation and Application of International Accounting Standards 1998**. New York: John Wiley & Sons, 1998.

HENDRIKSEN, E. S. e VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Ed.Atlas, 1999.

IASB – International Accounting Standards Board. **Framework for the preparation and presentation of financial,** 1989.

IBRACON- Instituto Brasileiro de Contadores. **Princípios Contábeis**. São Paulo : Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sergio de, MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Ed.Atlas, 2002.

LEVIN, J. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. São Paulo: Harbra, 1987.

KAM,V. **Accounting theory**. New York : Wiley, 1986.

LAPONNI, J. C. **Estatística usando Excel 5 e 7**. São Paulo : Lapponi Treinamento, 1997.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, V. A. **Contribuição à avaliação do goodwill: depósitos estáveis, um ativo intangível**. Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuaria na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2002.

MOST, K. **Accounting Theory**. Ohio: Grid ,1977.

REVISTA EXAME- Edição Melhores e Maiores 2003. São Paulo, 2003.

WEYGANDT, J. J., KIESO, D. E. , KELL, W. G. **Accounting principles**. New York : Wiley, 1996.

WOLK et al. **Accounting Theory: a conceptual and institucional approach**. California:Kent, 1984.